

43º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

SPG31: Violência política e paramilitarismos: novas abordagens e atores no Sul Global

ATORES E AGENTES DA VIOLÊNCIA NA COLÔMBIA NOS ANOS 1970 E 1980: a complexificação da violência às vésperas do neoliberalismo

AUTORA: MARÍLIA BERNARDES CLOSS

**Caxambu/MG
Outubro – 2019**

ATORES E AGENTES DA VIOLÊNCIA NA COLÔMBIA NOS ANOS 1970 E 1980: a complexificação da violência às vésperas do neoliberalismo

Marília Closs¹

As décadas de 1970 e 1980 na Colômbia foram marcadas por elementos que são concomitantemente dramáticos e transformadores. Em primeiro lugar, a violência aumenta a níveis inéditos: o país passou por sérias crises de segurança pública e por uma explosão nos números de violência – em especial, de homicídios, sequestros e latrocínios. Nos anos 1980, a taxa de mortes violentas estava em torno de 80 por 100 mil habitantes – liderando os rankings mundiais da época se eram excluídos os países que estavam em guerras estatais ou em estado declarado de guerra civil. Além do adensamento de conflitos ligados às guerrilhas – em especial, às *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo* (FARC-EP) e ao *Ejército de Liberación Nacional* (ELN) -, há o aparecimento de novos atores que viriam a complexificar o cenário: há a emergência com mais força do paramilitarismo como fenômeno relevante na vida social colombiana e o narcotráfico e os narcotraficantes se estabelecem como elementos estruturantes a qualquer análise sobre a violência no país. Frente a isto, muda o padrão de relação com o Estado e suas agências como as forças policiais e, principalmente, suas Forças Armadas (FA). Tratou-se de um período de grandes mudanças no padrão de mobilização de uso da força.

Este novo cenário tem relação, conforme será argumentado neste texto, com as profundas mudanças sociais e políticas pelas quais o país estava passando. A decadência e a desarticulação de uma estrutura social que, neste texto, será entendida enquanto *república señorial*² tem impacto na emergência dos atores e agentes que são objeto deste texto. A hipótese construída é que a emergência dos novos atores e as transformações

¹ Doutoranda e mestra em Ciência Política pelo IESP/UERJ. Bacharela em Relações Internacionais pela UFRGS. Pesquisadora pelo Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina (NETSAL) e pelo Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

² Conceito desenvolvido por García (1967), ligado às estruturas agrárias: complexo conjunto de relações cujo núcleo central é a propriedade sobre a terra e sobre os meios de produção. A estrutura agrária é, sobretudo, uma “constelação social”: um sistema de relações sociais nas quais os latifúndios e as estruturas satélite ao redor se organizam a partir de uma lógica comum. “Não existem latifúndios, existem estruturas latifundiárias. Estas estruturas são diversas e funcionam não apenas como constelações sociais, mas também como um sistema econômico e de poder” (GARCÍA, 1967, p.83).

sociais na realidade colombiana são processos que se retro-alimentam. Para isso, será feita análise de elementos que perpassam tanto as dinâmicas violentas na Colômbia quanto a construção de soberania(s) e território(s) no país. O texto parte de breve apresentação de elementos histórico-estruturais do Estado colombiano; após, são apresentados elementos da história política da violência na Colômbia para, posteriormente, partir para a discussão analítica.

1 ESTADO COLOMBIANO: elementos histórico-estruturais

A Colômbia é um país territorialmente fragmentado, o que condicionou algumas particularidades para seu processo de centralização do uso da força. Além das três grandes cadeias de montanha que dividem o território colombiano, trata-se de um espaço com grande diversidade geológica e que comporta em si regiões amazônicas, andinas e caribenhas. Durante a maior parte do tempo, o país foi muito mais uma ilha de cidades que tinham pouca conexão econômica e infraestrutural entre si do que um espaço efetivamente integrado (HYLTON, 2010). Historicamente, o Estado não detém o monopólio do uso da força em função da forma como se deu sua própria formação. Para Sánchez (1990), os três eixos fundamentais da república señorial, a partir dos quais a vida social e política se articulava, eram a Igreja Católica, os partidos políticos Liberal e Conservador e a *hacienda*. Cabia a grupos civis e à Igreja Católica o papel de linha de transmissão de poder e, portanto, os partidos. Para Bushnell (2015, p.79), “na Colômbia há uma política partidista nacional antes de haver uma economia ou uma cultura nacional”. Em relação à estrutura institucionalizada dos partidos Liberal e Conservador, expressões da força político-econômica da *hacienda*, a burocracia estatal tinha menos penetração ou capilaridade em zonas rurais, que correspondiam a maior parte do território colombiano (LÓPEZ-ALVES, 2002). De acordo com López-Alves (2002, p.103), “[o] Estado e as Forças Armadas colaboraram no *state building*, mas o exército ainda era entendido como uma extensão do poder dos partidos e um “proxy” para grandes negócios – e não como um ator político independente”. Já Francisco Leal Buitrago (1984) entende que isso configura uma relação inclusive inversamente proporcional, já que os partidos executam a governança e a construção do Estado de uma forma que a burocracia estatal jamais o fez.

Por isso, construiu-se um Estado essencialmente descentralizado, no qual Bogotá não figurava o principal polo de poder. Toda a concepção de cidadania, pertencimento e de incorporação à vida política foi construção dos partidos Liberal e Conservador

(SÁNCHEZ, 2000). Já de acordo com David Rojas, o Estado colombiano sequer tinha burocracia suficiente para a construção de um Estado efetivo que fosse maior que os partidos. Em síntese, se trata de um Estado no qual o poder estava concentrado sobretudo no local – jamais nacional – e na mão de alguns indivíduos, que compunham os partidos. Além disso, trata-se de um país de fronteiras internas, marcadas pelos mencionados acidentes geográficos e pelos enclaves sociais das *haciendas*. De acordo com Pecaut (1997), o processo de ocupação e colonização da terra, desde o período colonial, forjou uma estrutura fundiária absolutamente concentrada e desigual.

2 VIOLÊNCIA NA COLÔMBIA: história política e localização conceitual

2.1 Breve histórico

Conforme vai ser discutido nesta seção, a violência está presente na vida política da Colômbia de forma estruturante desde a formação do Estado nacional colombiano. A história colombiana e a violência se misturam. A análise sobre a violência no país poderia iniciar com o processo de colonização, que passou por fenômenos violentos e genocidas, assim como em toda a América Latina, na África e na Ásia; no entanto, para este texto observa-se a história do país a partir do período após a independência. Entre os séculos, no entanto, a violência foi mudando de configuração política e social. O século XIX foi marcado por mais de dez guerras, dentre as quais se destacam Guerra entre Federalistas e Centralistas (1812-1815); Guerra de los Supremos (1839-1841); Guerra Civil de 1851; Guerra civil de 1854; Guerra Civil de 1860-1862; Guerra civil de 1884-1885; Guerra civil de 1895; Guerra de los Mil Días (1899-1902). Tratou-se do momento em que se deu a construção da burocracia estatal independente na Colômbia; no entanto, quando do desmonte do Exército libertador e da consolidação do federalismo, uma das consequências foi o aparecimento de tropas próprias sob o mando de “generais”: sobretudo proprietários de terras e sacerdotes (CALVO, 2010).

Uma das consequências do federalismo foi o desmonte gradual do poderoso exército libertador, pois nas regiões, os caudilhos, latifundiários e sacerdotes armavam suas próprias tropas sob o mando de “generais”. A tal grau militar se chegava por apadrinhamento político, por incidência familiar ou por relação com o potentado da região. Estes comandavam homens que se podem denominar como semiescravos, os que deixavam de cultivar ou cavar nas minas do patrão e passavam a ser soldados, sem poder protestar. (CALVO, 2010, p.29).

A chegada do século XX trouxe novos ares à Colômbia. Até 1930, o Partido Conservador foi dominante e moldou a modernização conservadora colombiana. Nas

décadas seguintes, houve o domínio do Partido Liberal. No entanto, seria nesse momento que as primeiras mobilizações sociais passariam a ocorrer no país, primeiros sinais da oposição às oligarquias. Em 1926, é fundado o Partido Socialista Revolucionário e, em 1930, é fundado o Partido Comunista Colombiano, cujas principais pautas foram relacionadas às questões agrárias. No mesmo período, Manuel Quintín Lame lidera um grupo de indígenas que, conjuntamente com camponeses, passam a organizar movimentos de resistências. Logo surgiria um setor operário colombiano, com força política para desencadear os primeiros movimentos sindicais no país. A estrutura oligárquica logo entraria em choque com os nascentes processos de mobilização social. “Pela belicosa tradição herdada do século anterior, de resolver suas necessidades e problemas pela violência, se iniciaram as agressões a camponeses, colonos e indígenas, os quais deveriam escolher entre vender suas terras ou abandoná-las (CALVO, 2010, p.39).

Ao mesmo tempo, de acordo com Hylton (2010), diferentemente do que ocorria em diversas outras regiões da América Latina, não houve o desenvolvimento de maiores organizações entre trabalhadores e/ou entre classes marginalizadas; o autor destaca o papel da desconfiguração do campesinato enquanto classe no final da década de 1930 em função da conquista de novas terras por parte de latifundiários e da lei nº 200, que, ao promover minúsculas reformas no sistema agrário, logrou cooptar diversos sindicatos ao aparato estatal (HYLTON, 2010). Por fim, em 1928 seria aprovada a Lei de Defesa Social, que proibia a formação de organizações populares de oposição e impedia “meios de difusão” de ideias socialistas e estabeleceu mecanismos de repressão para punir eventuais levantes. De acordo com Calvo (2010), foi a institucionalização da repressão na Colômbia. No mesmo ano, ocorreria o massacre das bananeiras, no qual trabalhadores e sindicalistas em greve da *United Fruits Company* foram assassinados. Frente a isto, a violência começa a estar presente, de diferentes maneiras e em diferentes medidas, na mobilização social.

O colapso definitivo do frágil equilíbrio das articulações entre os partidos Liberal e Conservador viria na metade do século XX. Em 1948, após o assassinato político de Jorge Eliécer Gaitán, político de grande influência, com plataforma política de denúncia à oligarquia e de perfil classista (SÁNCHEZ, 1990; PÉCAUT, 2014), iniciou uma onda de protestos em diversas cidades colombianas, conhecida como *Bogotazo*, cujos principais alvos eram os símbolos de poder oligárquicos (CALVO, 2010). Apesar de massificadas, as mobilizações populares logo foram derrotadas pelo governo central.

Frente ao crescimento do poder do gaitanismo e da capacidade de mobilização popular, temendo perder espaço para uma plataforma política que colocaria em xeque as estruturas oligárquicas e fundiária, os partidos Liberal e Conservador adentram em uma disputa política – dessa vez, pela via armada. O período entre 1949 e aproximadamente 1960 ficou conhecido como *La Violencia*, no qual cerca de 300 mil pessoas foram assassinadas e um número ainda maior foi territorialmente deslocado. Além da disputa violenta entre os dois partidos, houve também, e principalmente, violência política e assassinatos contra as insurreições gaitanistas.

A disputa entre os dois partidos se materializou, mais que em qualquer outro lugar, nas zonas rurais. *La Violencia* teve início nas regiões cafeeiras dos departamentos de Santander e Boyacá, mas logo espalhou-se para outros departamentos como Tolima, Antioquia e Valle de Cauca. Cerca de 80% dos cidadãos assassinados eram camponeses, e cerca de dois milhões de pessoas ficaram desabrigadas. Cabe notar que a violência política se deu com mais força em departamentos ricos, onde as estruturas de poder dos partidos Liberal e Conservador era mais forte. Nos espaços urbanos, os principais alvos da violência partidária eram as juntas gaitanistas. Mais que isto, porém, *La Violencia* foi a manutenção do *status quo* oligárquico com a aniquilação e eliminação física da oposição gaitanista.

Foi durante *La Violencia* também o período em que há o início da luta armada na Colômbia. Na década de 1950, na região dos *llanos*³ colombianos, ocorre o primeiro levante armado por parte de uma guerrilha, que tinha laços com setores mais reformistas do partido Liberal. Em 1952, quando da primeira conferência dos grupos armados *llaneros*, estima-se a participação de vinte mil pessoas (CALVO, 2010). As principais demandas eram reformas sociais e econômicas no país e, por seu projeto, foram chamadas de “guerrilhas liberais” (LEÓN, 2015). A guerrilha sofreu diversas incursões policiais e militares. Apesar de grande parte dos guerrilheiros terem deposto suas armas na primeira metade da década de 1950, alguns anos mais tarde os mesmos seriam dizimados por parte do Estado colombiano. Ainda que figuras armadas ou aquelas que lutam por justiça social pela via armada já estivessem presente na realidade do país, neste momento definitivamente o guerrilheiro se consolida como um dos atores da história política da violência na Colômbia.

³Região de vastas planícies no leste colombiano, próximo à fronteira com a Venezuela.

De forma concomitante, nascem com mais força as primeiras expressões do paramilitarismo. A antiga prática de grandes latifundiários armarem a população em prol de seus objetivos políticos reaparece, mas com mais força e com a finalidade principal de atuar contra as guerrilhas e juntas progressistas. Além disso, os grupos contraguerrilheiros contavam com o apoio das Forças Armadas em termos de recursos financeiros e de combate, calcados na lei de Defesa Social. Se inicialmente a experiência contrainsurgente esteve restrita à região dos Llanos, logo ela se tornaria nacional e ganharia a denominação de “*pájaros*” ou “*chulavitas*”. No departamento de Valle de Cauca, a violência dos *pájaros* seria principalmente contra as juntas gaitanistas: assassinos, sob a liderança de León María Lozano, também conhecido como El Condor. Os *pájaros* e os *chulavitas*, mais que dependentes dos recursos do Estado colombiano, eram sua representação e seu braço para chegar onde o estabelecimento não tinha capilaridade (HYLTON, 2010). Ao mesmo tempo, o próprio Estado colombiano já estava adotando um caráter paulatinamente militarizado. Cabe observar que, à época, já durante a Guerra Fria, a política externa dos Estados Unidos para a América Latina passa a concentrar-se na doutrina do inimigo interno. Para Calvo (2010), a Colômbia assume a partir de então e de forma definitiva a Doutrina de Segurança Nacional, completando a militarização da vida social e política colombiana; concomitantemente, as Forças Armadas passam a paulatinamente ser deliberantes e ter maior poder normatizador no cenário político do país. Em termos de legislação, a maior materialização disto se daria em 1974, com a aprovação da denominada Carta Magna da Segurança Nacional, além da aprovação do artigo 121, que basicamente colocava a Colômbia em estado de sítio permanente.

La Violencia teve fim com a ditadura do general Gustavo Rojas Pinilla, mas configurou-se como um período marcado pela violência e pelo terror político. Para Sánchez (1990), foi o momento em que a guerra passa a ter caráter de classe, e deixa de ser instrumento de burocracia, tal como fora no século XIX e como será mais bem discutido posteriormente. Mais que isto, porém, foi a manutenção do *status quo* do modo de produção oligárquico, principalmente pela eliminação física da oposição à hegemonia oligárquica. Entre 1957 e 1982, os partidos Liberal e Conservador estabeleceram a chamada Frente Nacional, a partir da qual lograram dividir as estruturas e instituições de poder, em especial, a presidência, e, assim, controlar eventuais desafiantes à ordem. Para Hylton (2010), o anticomunismo foi o fator que uniu as peças quebradas do bipartidarismo e deu a liga necessária à Frente Nacional. Frente à possibilidade de perda dos privilégios da classe oligárquica, materializada na aparição da oposição de fato, os

dois partidos se unem – e o anticomunismo foi a principal linha de sustentação do pacto, com o deliberado apoio da Igreja Católica.

É neste processo que surgem as primeiras guerrilhas de caráter marxista. Em função da violência partidária nos espaços rurais, um grande contingente de trabalhadores rurais perdeu suas terras e suas possibilidades de trabalho. Conseqüentemente, durante as décadas de 1940, 1950 e 1960 tiveram de deslocar-se, ocupando espaços rurais antes não ocupados pela produção. A este processo, Ramírez (2001) dá o nome de colonização armada. Em especial, tal contingente populacional vai ocupar espaços rurais em departamentos como Tolima, Meta, Guavire e Caquetá, sendo os três últimos na região mais meridional do país, em espaços onde a floresta amazônica está presente. Nestas regiões se conformariam cerca de dezesseis repúblicas independentes⁴, denominação dada pelo próprio governo colombiano; nelas, o Estado não exerceria autoridade. Inicialmente sem demandas consolidadas, as “repúblicas” passaram a adotar um modo próprio de governo, instituições e autoridades.

Após o fracasso do *Plan Lazo*, em 1964 as forças públicas colombianas fazem uma nova investida contra as repúblicas independentes; desta vez, o principal alvo era a maior delas: Marquetália⁵. Com apoio financeiro estadunidense, cerca de dezesseis mil soldados colombianos, divididos em sete batalhões, junto com os chamados Boinas Verdes e egressos da Escola de Lanceiros, lograram expulsar as organizações camponesas que ali se instalavam (HYLTON, 2010; CALVO, 2010). Como consequência, as famílias se deslocaram mais para o sul, nos departamentos de Meta e Caquetá, e formaram uma coluna guerrilheira, como forma de autodefesa ao avanço das Forças Armadas. Neste processo, Manuel Marulanda, que mais tarde viria a ser conhecido como Tirofijo, ganha proeminência pela sua liderança. A Operação Marquetália ganhou destaque nacional, especialmente pela utilização de bombas de napalm, e desencadeou uma onda de protestos no país. A cidade foi tomada por parte das Forças Armadas, mas a conquista fora simbólica, pois todos os camponeses já haviam abandonado a região e migrado para o sul (CALVO, 2010).

Durante a ofensiva militar da Operação Marquetália, foi proclamado o Programa Agrário Guerrilheiro, no qual é declarado o caráter revolucionário das juntas camponesas e a adoção da luta armada. Em 1965, foi realizada a Primeira Conferência Guerrilheira; no ano seguinte, ocorreu a Segunda Conferência Guerrilheira. Nela, se constituem

⁴Dentre elas, destacam-se as repúblicas de Marquetália, Riochiquito, El Pato e Guayabero.

⁵Município no departamento de Tolima, perto da fronteira com os departamentos de Cauca e Huila.

oficialmente as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC). Logo, novas guerrilhas apareceriam na vida política colombiana. No mesmo ano que as FARC, nasce, no departamento de Santander, o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN), com um perfil mais urbano e mais ligado às teorias foquistas de Che Guevara, ainda que também contasse com colunas campesinas. A origem do ELN está ligado a juntas gaitanistas e com o MRL; sua principal liderança foi Fábio Vásquez e, pela presença do sacerdote e sociólogo Camilo Torres Restrepo em suas fileiras, a guerrilha tinha ligações com a teologia da libertação (HYLTON, 2010). Em 1967 nasce o *Ejército Popular de Liberación* (EPL), na região de Urabá. Com tendências maoístas, o EPL se inclinava menos ao foquismo e mais à guerra prolongada, com protagonismo do campesinato. Alguns anos mais tarde, em 1974, se consolidaria o M-19, movimento mais ligado a grupos urbanos, com pretensões eleitorais e que se declarava socialista e nacionalista.

Na década de 1970, em função do aumento da repressão estatal e do aparecimento de novos movimentos sociais, há condições de expansão das guerrilhas. Em 1982, quando do Sétimo Congresso Nacional, as FARC abandonam oficialmente seu caráter de autodefesa e passam a adotar a estratégia de projeção nacional; a mudança é marcada pela adoção do nome *Ejército del Pueblo*, tornando-se FARC-EP. De acordo com Hylton (2010), as FARC-EP, nessa época, já contavam com bases em regiões como Caquetá, Meta, Puntamayo, Urabá, Magdalena Médio e nas planícies do sudeste, em regiões como Guavire, Vichada e Vaupés – na maior parte dos casos, em zonas de população escassa e de maioria indígena. O ELN, após ter vivido “sua própria Operação Marquetária” com a Operação Anorí, no departamento de Antioquia, volta a ganhar força na década de 1980. Neste processo, ganham força as guerrilhas urbanas, com destaque para o M-19.

Assim, a Colômbia adentra na década de 1980 com um conflito em expansão: crescem as forças que disputam o monopólio do uso da força com o Estado, calcadas em um declarado projeto revolucionário de tomada das instituições e derrubada da oligarquia; a luta armada politicamente engajada entra definitivamente no panorama político. Ao mesmo tempo – de forma reativa e densa – o Estado colombiano, cada vez mais passava pela militarização do seu corpo político institucional, baseado na Doutrina de Segurança.

Durante a década de 1980, após a Sétima Conferência, na qual há a inclusão do nome *Ejército del Pueblo*, há a expansão numérica das bases. De acordo com Pecaute (2010), as FARC-EP passam de 5 frentes em 1975 para 24 em 1982; após este ano, o número cresce para 48 até 1990. O objetivo estava claramente formulado: em oito anos, pôr fim ao regime e constituir um governo provisório (PECAUTE, 2010, p.38). Neste

momento, há a nacionalização da presença militar das FARC-EP. Em 1994, as FARC já operavam em cerca de 60% dos municípios colombianos, e 70% de suas tropas eram compostas por camponeses (HYLTON, 2010). Ao mesmo tempo, o ELN também expandia: em 1996, contava com um número entre 4 e 5 mil combatentes, além de contar com milícias urbanas. De acordo com Pecaut (2010), se a década de 1980 foi de expansão da guerrilha, a década de 1990 foi de ofensiva. Entre 1996 e 1997, as FARC-EP lançaram uma série de ofensivas militares sem precedentes em termos de escala, colocando em xeque, de fato, o monopólio do uso da força por parte do Estado central. Ao mesmo tempo, as guerrilhas – em especial as FARC-EP, passaram por processo de racionalização burocrática, com o objetivo de maior proteção. Com a consolidação do neoliberalismo, aumenta o contingente camponês sem-terra e sem trabalho deslocado. A guerrilha, assim como o narcotráfico, vira unidade capaz de prover emprego e renda para o cidadão. Com isso, torna-se também instituição reguladora, social, política, cultural e jurídica. Em síntese, ganha efeito do Estado para suas tropas e para a população sob sua jurisdição territorial.

Frente ao crescimento das guerrilhas, o Estado colombiano passa a adotar uma nova estratégia. Cada vez mais, há a delegação da contrainsurgência aos grupos paramilitares (LOZANO, 2006). Intimamente ligados às Forças Armadas, estes grupos passam a ter mais poder de fogo, maior organização e maior poder e, logo, muitas delas se uniriam sob o mando de uma organização maior pela primeira vez na história do país. Em 1968, a Lei 48 estabeleceu a possibilidade de a população organizar-se em “autodefesas” sob o controle das Forças Armadas. De acordo com Lozano (2006), foi a partir daí que o paramilitarismo deixa sua fase anterior – dos *pájaros* e *chilavitas*, grupos paramilitares nascidos para o combate aos *llaneros* – e passa a ser, de fato, a principal estratégia contrainsurgente. Em 1987, o Comandante General das Forças Armadas consagra o *Reglamento de Combate de Contra Guerrillas*, dando uma nova institucionalização aos grupos paramilitares.

Logo, o município de Puerto Boyaca, no departamento de Boyaca, iria se tornar o principal centro de coordenação política e militar do paramilitarismo. Durante grande parte das décadas de 1980 e 1990 reuniram-se ali pecuaristas, donos de grandes empresas atuantes nas férteis terras do Magdalena, narcotraficantes e setores das Forças Armadas para a coordenação de suas ações armadas e de sua cruzada anticomunista. Calvo (2010) denominou isto de “projeto Boyaca” e, de acordo com o autor, participavam e contribuía financeiramente das incursões militares setores dos Federações dos Cafeeiros, agentes de

empresas petrolíferas estadunidenses, membros dos partidos Liberal e Conservador, entre diversos outros além de membros das Forças Armadas, com quem os paramilitares tinham “relações orgânicas”, para cumprir tarefas que “o exército não poderia cumprir” (CALVO, 2010, p. 146).

A maior materialização da coordenação entre os grupos paramilitares se daria na criação das *Autodefensas Unidas Colombianas* (AUC). A AUC tem origem nas Autodefensas Campesinas de Córdoba e Urabá (ACCU), que nascem com o objetivo de eliminar fisicamente as guerrilhas do corredor estratégico que vai de Urabá para o Caribe; frente às vitórias alcançadas nessa região, Carlos Castaño expande seus objetivos ao criar as AUC e as dirige no sentido sul, nas regiões de maior concentração das FARC-EP. Entre 1997 e 1999, foram numerosos os massacres dos paramilitares sobre grupos guerrilheiros nos departamentos de Meta e Caquetá. Após a ofensiva na região sul, as AUC se instalariam também em departamentos como Santander e Sucre. Entre 1997 e 2000, duplicou o número de paramilitares no país (LOZANO, 2006). Durante o governo de Ernesto Samper cresciam também as relações de corrupção entre os grupos paramilitares e as instituições políticas. Alvaro Uribe, que teria a presidência da Colômbia entre 2002 e 2010, à época era governador de Antioquia e logo começa a legalizar grupos de segurança privados, sob a égide do que denominou de *Convivir*. A partir de então, aumenta consideravelmente o número de camponeses deslocados, e Antioquia bate recordes nacionais de deslocados e de homicídios (HYLTON, 2010).

O terceiro eixo deste tripé – e o principal objeto de estudo desta pesquisa – é justamente o narcotráfico. Na década de 1980 o narcotráfico se consolida como um fenômeno relevante na vida política colombiana. Em décadas anteriores, o tráfico de entorpecentes já emergia com destaque para a produção, comercialização e, especialmente, exportação de maconha em estados como Cauca, César, Guajira e Magdalena, com destino aos Estados Unidos (HYLTON, 2010). As rotas e as dinâmicas de produção e distribuição eram semelhantes às atividades de contrabando, que vinham crescendo desde a Segunda Guerra Mundial, com produtos como licores, tabaco e eletrodomésticos (LÓPEZ, 2005). Na década de 1970 a comercialização de maconha se desenvolveu sob a modalidade de “clãs familiares”, e cerca de 80 mil famílias tinham sua renda gerada pelo tráfico deste entorpecente, organizado por 164 grupos de distribuidores. O período, inclusive, ficou conhecido pelas guerras familiares, sendo a mais famosa a disputa entre os Cárdenas e os Valdeblanquez. A plantação da droga já se dava em solo colombiano, e eram colombianos os comercializadores, mas a maior parte do

financiamento e do transporte eram fornecidos por agentes dos Estados Unidos. Por volta de 1978, quando a península de Guajira, principal espaço onde o tráfico do entorpecente se concentrou, passou a ser militarizada em função das dinâmicas ao redor da atividade, o diagnóstico do governo colombiano era de que o problema seria resolvido com atenção à demanda – e não à oferta – da droga; no caso, o mercado estadunidense (SALAZAR; JARAMILLO, 1992). Até 1973, os delitos ligados ao tráfico de drogas eram inclusive de encargo da justiça aduaneira, com penas irrisórias. É, inclusive, somente em 1974 que foi estabelecido o Estatuto Nacional de Narcóticos.

Em pouco tempo, entretanto, a cocaína e as dinâmicas econômicas, sociais e políticas ao redor desta viriam a dominar o narcotráfico colombiano. Durante a década de 1970, o território colombiano era utilizado majoritariamente para transformação da pasta de coca⁶ em substância psicoativa e para a exportação da droga, pois o cultivo da folha de coca se dava sobretudo no Peru e na Bolívia – diferentemente da maconha, que era também plantada em solo colombiano (LÓPEZ, 2005). Com isso, a cocaína, inicialmente, era um negócio muito mais discreto que a maconha, pois ocupava menos espaço, já que não havia necessidade de plantio, e ocupava menos mão de obra. De acordo com Salazar e Jaramillo (1992), em 1975 o narcotráfico começa a ser tema de debate público na Colômbia pois passa a repercutir nos meios de comunicação. Aparecem a figura das *mulas* que, de acordo com as autoras, foi o “posto” inicial na carreira daqueles que ingressam no tráfico, geralmente ocupado por pessoas de estratos populares. Quando inicia a década de 1980, a cocaína já era o principal produto de exportação colombiana, correspondendo a 30% desta e superando o café e, logo, sendo a folha plantada também plantada em terras colombianas (HYLTON, 2010). Em 1978, a Drug Enforcement Administration (DEA) estimava que 85% da cocaína vendida nos Estados Unidos tinha origem na Colômbia (EL MUNDO, 1979).

Na segunda metade da década de 1970, se inicia um processo de “centralização” entre os grupos que atuavam no tráfico. De grupos esparsos, o tráfico de drogas logo viraria um negócio hierárquico, com uma estrutura mais rígida e organizada a partir de

⁶A folha de coca não é substância psicoativa. De cultivo milenar para os povos andinos, a folha tem grande importância econômica, cultural e religiosa para povos do Peru, Bolívia, Equador e Colômbia, e é utilizada para mascar, para chás e para alimentação, entre outras diversas utilizações. Apesar de a coca ser utilizada para a produção de cocaína, entre ambas há diversos processos. A partir da folha de coca é produzida a pasta de coca, mistura das folhas com ácido sulfúrico ou querosene. Para a produção da cocaína, a pasta de coca é levada a laboratórios, onde é lavada com éter, acetona ou ácido clorídrico. Quando a pasta é seca, se obtém a substância psicoativa que é comercializada.

cartéis que coordenavam os grupos menores; trata-se do momento de cartelização e de industrialização do tráfico de cocaína na Colômbia. “Os primeiros empresários da droga, ligados ao contrabando, foram rapidamente relevados por pessoas provenientes de formas tradicionais de delinquência, que conseguiram, graças à imposição violenta, ir centralizando certos processos-chave do negócio” (SALAZAR; JARAMILLO, 1992, p. 43). Neste período que surgem as principais figuras e articulações que estruturariam o narcotráfico colombiano. No departamento de Antioquia e, especialmente, a cidade de Medellín ganham proeminência. Por sua posição geográfica, entre as cordilheiras central e ocidental, conectando as costas do Atlântico e do Pacífico e diversas das grandes cidades colombianas, a região está em posição estratégica e se torna o eixo central do narcotráfico colombiano. O principal nome do narcotráfico de Antioquia foi Pablo Escobar, chefe do Cartel de Medellín. Outros nomes, como a clã Ochoa e Carlos Lehder ajudaram a compor o poderio narcotraficante na cidade. Em seu auge, o Cartel de Medellín controlava 80% da cadeia global de cocaína, e, por dia, transportava cerca de 15 toneladas da droga e faturava mais de 70 milhões de dólares; Escobar chegou a ter mais de 21 bilhões de dólares como fortuna pessoal. Em Bogotá, destaca-se a atuação de Rodríguez Gacha.

No departamento de Valle de Cauca, surge o cartel de Cali, com a liderança dos irmãos Miguel e Gilberto Rodríguez. Ainda que de dimensão econômica menor, o cartel figurou como um dos principais centros de produção e distribuição de cocaína na América Latina e no mundo e, após o assassinato de Escobar em 1993, assumiram diversos postos deixados em aberto pelo cartel de Medellín. Apesar de serem as maiores materializações do narcotráfico colombiano, Cali e Medellín são apenas dois dos exemplos de carteis e de dinâmica do tráfico de psicoativos no país, que comportava em si diversos outros grupos e carteis. Neste processo, algumas figuras componentes do cartel se destacam. As figuras do *pistoloco* – os assassinos das motos –, geralmente pessoas já envolvidas no crime que se tornam dos atores mais relevantes nos carteis. Os *traquetos* são aqueles de grande posição hierárquica dentro dos carteis - os *capos* que iam aos Estados Unidos para tratar do negócio. “A origem do termo pode estar associada ao verbo traquetear – que significa mover, agitar, sacudir – ou vir da palavra “traqueteo”, ruído de disparos de foguetes (SALAZAR; JARAMILLO, 1992, p.46). Por fim, importa destacar a figura do sicário – o assassino, responsável pelas mortes e pelos assassinatos. De acordo com Salazar e Jaramillo (1992), a maior parte das pessoas que se engajava no comércio eram homens jovens e, com frequência, entre 15 e 19 anos. Consolidado o negócio, a demanda por serviços se ampliou. “Os serviços das bandas começaram a ser requeridos por setores

diferentes: foram utilizadas outras formas de delinquência” (SALAZAR; JARAMILLO, 1992, p. 64), como para eliminar dívidas e assassinar oponentes; o narcotráfico se junta definitivamente ao “mercado da morte”, numa relação muito próxima ao conceito de Michel Misse de “mercadoria política”. A vida e a morte tornam-se (ainda mais) um negócio; o homicídio se torna uma mercadoria, com profissionais destinados e treinados nele.

Em síntese, nesse período se proliferam diversos tipos de estrutura ligadas ao comércio de drogas e ao aparato de segurança ligado a elas, como as bandas, os grupos de justiça privada, os trabalhadores ligados à produção e à circulação dos entorpecentes, etc. Ainda que tenha havido um processo de centralização – ou cartelização -, estruturas menores e organizativas subordinadas a Cali e Medellín existiam e realizavam atividades constantes para a manutenção dos cartéis.

As formas de organização naturais da juventude (galhadas, gangues) se conectaram com grandes empresas delinquentes e criou-se um fenômeno sem precedentes na história do país. O narcotráfico instrumentalizou a violência juvenil e a inscreveu em seus propósitos. A consequência foi uma massiva participação dos jovens em complexos processos de violência (SALAZAR; JARAMILLO, 1992, p. 64).

O padrão de instrumentos, coordenação e saliência – em termos de Tilly (2003) – do narcotráfico vai se alterar quando o Estado colombiano passa a atuar de maneira mais enfática no combate ao narcotráfico. Em especial, a partir de 1986, quando o Estado declara alguns narcotraficantes mais conhecidos como “extraditáveis” para os Estados Unidos, as modalidades de violência mobilizadas pelo narcotráfico mudam. Um exemplo disso é a “guerra ao Estado”, declarada por Escobar. Para que suas ações chegassem a um potencial mais ameaçador ao Estado colombiano e para conseguir mais capacidade de dissuasão, ações com mais visibilidade – ou saliência – foram mais frequentes, como atentados a lugares públicos e sequestros a nomes conhecidos. Mais que a violência para a obtenção de recursos, os narcotraficantes agora também atuavam a partir de meios para dissuasão das polícias e das Forças Armadas e para chamar atenção da opinião pública. Foi nesse momento que houve o assassinato de diversos agentes de segurança pública ligados ao combate ao tráfico, como “*los pepes*”, os “perseguidos por Pablo Escobar”.

A cadeia produtiva do narcotráfico colombiano é dividida em quatro etapas: a cultivo e colheita de coca / amapola; a transformação da planta em substância psicoativa; o contrabando até os mercados internacionais; a lavagem dos lucros (DUCAN, 2005). À

época, se constituíram dois tipos de grupos ligados ao tráfico no país: os setores competitivos e os setores monopolísticos.

O setor competitivo foi delegado em regra geral a pequenos mas numerosos empresários que se encarregavam dos dois extremos da cadeia produtiva do narcotráfico – por um lado, a plantação e a produção da base de coca e, por outro, a venda das drogas em papeleta aos consumidores. O setor oligopólico se centrou nas etapas de transformação e distribuição a maior parte dos mercados internacionais (DUCAN, 2005, p. 56).

Além disso, é neste mesmo período que o narcotráfico começa a consolidar, com mais vigor, seu aparato de segurança. Por sua natureza ilegal e de enfrentamento ao Estado democrático de direito e à ordem e frente a sua impossibilidade de se valer do Estado como regulador das transações, o narcotráfico enquanto empresa criminal precisa necessariamente de um aparato próprio de segurança ou, nos termos de Ducan (2005, p. 55), de mecanismos de “coerção e proteção para garantir ou alterar as estruturas de direitos e propriedade e dos contratos que se estabelecem entre as organizações e os indivíduos nas etapas do negócio”. Diferentemente do tráfico e do contrabando já existente anteriormente no país, o narcotráfico criou estruturas próprias de segurança. Este virou, entretanto, mais que instrumento de defesa, mas também de conquista. A construção do aparato de segurança dos carteis e das bandas narcotraficantes entra numa nova fase em 1981, quando do anúncio da criação do *Muerte a Secuestradores* (MAS). “Com a aparição do MAS, o estilo de vendeta transcendeu o mundo da máfia e se difundiu socialmente, deixando de ser uma forma de luta entre os setores de delinquentes e se projetando à vida política” (SALAZAR; JARAMILLO, 1992, p.52). O MAS é a principal materialização da complexa e densa relação entre o paramilitarismo e o narcotráfico.

3 NOVOS ATORES DE VIOLÊNCIA NA COLÔMBIA

3.1 NOVOS ATORES: breve análise teórica

Frente a este panorama de como, historicamente, surgem nas décadas de 1970 e 1980 novos atores ligados à violência na Colômbia, cabe agora análise teórica a respeito do assunto. A violência na Colômbia já foi analisada pelos mais diversos campos de estudo e pelas mais diversas correntes teóricas e políticas, dentre os quais pode-se identificar algumas correntes de interpretação sobre violência na literatura do país. Valencia e Cuartas (2009) trabalham com a ideia de que há fundamentalmente duas: os que entendem a violência como fruto de fatores subjetivos – “indivíduos racionais que usam a violência como mecanismo para lograr benefício e poder” (VALENCIA;

CUARTAS, 2009, p. 113) e os que a consideram resultado de condições objetivas, destacando o papel da desigualdade, da pobreza e da incapacidade do Estado colombiano em responder às demandas sociais da população, situação geradora da exclusão social, que condiciona o uso a violência. Esta pesquisa tenta mesclar essas duas perspectivas: ainda que se leve em conta sobretudo aspectos objetivos, há de se reconhecer a dimensão multicausal para matizar a complexidade do fenômeno.

Alguns autores se valem da perspectiva de diferentes *modalidades* da violência colombiana enquanto outros, como Pecauc (1997) trabalham com a ideia de *motivações* da violência – aquelas de motivação política, como as guerrilhas e, em alguma medida, os paramilitares, e aqueles cuja motivação é a busca por recursos, como os narcotraficantes. Outro elemento que tem de ser levado em conta são os *instrumentos* da violência para que seus objetivos sejam atendidos. As fronteiras entre as diferentes modalidades e motivações para a violência, no entanto, são substantivamente tênues. Isto se dá não apenas porque as motivações se mesclam, como será visto nas próximas seções, mas também porque os instrumentos são compartilhados pelos diferentes atores. Pecauc (1997; 2010) argumenta que o principal exemplo disto é a prática do sequestro.

Gonzalo Sánchez é um dos violentólogos mais importantes do IEPRI / UN e cujas obras são fundamentais em quase todos os debates sobre violência na Colômbia. O colombiano parte do diagnóstico de que existe uma multiplicidade de violência no país e de entornos espaciais a partir dos quais diferentes atores armados desenvolvem seu potencial bélico, sua iniciativa política e seu designo estratégico (SÁNCHEZ, 2000). O colombiano busca ilustrar os padrões de expansão dos diferentes tipos de violência e como elas impactam nas formas de sociabilidade e na esfera pública da sociedade, chegando a um *sistema de violências*. Com isso, desenvolve a tese de que a violência é o eixo ordenador-desordenador da sociedade colombiana, que vai definir como isto vai se dar a relação entre guerra e política – ora estão juntas, ora estão opostas. Trata-se de um modelo não evolutivo, mas de rupturas e sucessivas combinações entre guerra e política pelas quais passou o inconcluso processo de formação do Estado colombiano (SÁNCHEZ, 1990; 1983; 1991; 2000).

O autor separa analiticamente três períodos históricos colombianos, nos quais o papel sociológico da violência variou: 1) as guerras do século XIX foram instrumento de inserção do cidadão na vida política e a construção da burocracia estatal; 2) o período de *La Violencia* significou a politização da guerra, já que aí aparecem lutas classistas e novas

identidades coletivas, com especial destaque para as guerrilhas; 3) há uma terceira categoria/tipologia para caracterizar o momento que a Colômbia viveu nas últimas décadas. Trata-se da bandolerização da guerra. Não há mais diferenciação entre a violência política e a criminalidade comum: há o que chama de crise social pela violência, já que esta deixa de ser eixo ordenador positivo, como fora antes, e passa a ser eixo desordenador. González vê a violência como o fio condutor dos processos sociais e políticos da realidade colombiana; em síntese, “é uma sociedade, antes de ter a possibilidade de formular qualquer projeto de unidade ou de ordem nacional, está submetida a um permanente processo de negociação da desordem” (SÁNCHEZ, 2000, p. 284); “Guerra e política, ordem e violência, violência e democracia e, no limite, vida e morte são algumas das múltiplas oposições e complementaridades a partir das quais se faz decifrável a história colombiana” (SÁNCHEZ, 1991, p. 13).

Às vezes, como guerras civis no século XIX, guerra e política entram em relações de continuidade e complementaridade; outras, como na guerra civil não declarada dos anos cinquenta, a guerra se dá como estratégia de exclusão, de supressão da política; numa terceira fase, naquela da guerra de guerrilhas que se inicia a partir da Frente Nacional, as armas se convertem em substitutas da política e, finalmente, no momento atual, os termos da confrontação estão caracterizados por uma fragmentação extrema tanto da guerra como da política (SÁNCHEZ, 1991, p. 14).

Sair de uma guerra e já se preparar para a outra era normal, o rotineiro – e a guerra era o mais eficaz instrumento de política. Assim, guerra e política são práticas coletivas simétricas e indissociáveis no século XIX. Assim, a guerra se comportou como fundadora do direito, da ordem jurídica e de uma nova institucionalidade, jamais como fonte de anarquia. Por isso, afirma que o culto e a fascinação pelas armas não é incompatível com o culto ao formalismo jurídico na Colômbia.

Ainda que os exércitos fossem de cidadãos, as confrontações armadas expressaram fundamentalmente rivalidades entre as classes dominantes, entre os partidos políticos. Foi cenário de construção e definição de chefaturas políticas, candidaturas presidenciais, controles territoriais – em síntese, relações de poder. O que está em jogo não era a tomada do Estado ou a mudança de sistema, mas a participação na vida burocrática, a incorporação ao aparato institucional das forças ocasionalmente excluídas, na qual a relação entre violência e coalizão era pendular.

As guerras do século XIX não desmontaram a *república señorial*; pelo contrário: fortaleceram seus pilares apesar as mudanças descritas acima. Para Sánchez, o início do século XX foi um período de democratização frustrada. Para analisar a violência na

Colômbia, Sánchez definiu esse período como o “entre guerras e *La Violencia*”, quando há a multiplicação de atores no cenário social, como os movimentos trabalhistas, o anarquismo, o sindicalismo, as lutas camponesas, os *llaneros* e o gaitanismo e sua antioligarquia, conforme foi discutido nas seções anteriores. É nesse momento, para o autor, que o povo “com sua vagueza conceitual mas com sua materialidade ruidosa” (p. 27) passa a ser um ator com mais capacidade decisória na história política da violência no país. Em suma, para o autor, ainda que neste período a igreja, os partidos e a *hacienda* seguissem sendo o centro de gravidade da sociedade colombiana, aparecem novos núcleos de poder, novas identidades coletivas e novas redes de sociabilidade. O gaitanismo leva os setores populares à praça pública pela primeira vez na história do país, em um processo de quebra de velhas hierarquias e aparecimento de um novo universo simbólico cultural (SÁNCHEZ, 1991, p. 29).

O período da *La Violencia* foi o momento em que a guerra deixou de ser apenas – ainda que assim se mantivesse – entre as classes dominantes, mas passou também destas contra as classes e os movimentos populares. O autor divide o período em três ideias chave: 1) terror, 2) resistência e 3) comoção social. O terror se relaciona ao sectarismo e à dimensão político-partidária da *La Violencia* e é o “terror concentrado”, que representa a supressão da política e a aniquilação do social. Se trata do desmantelamento a partir da eliminação física de quaisquer tipos de movimentos de contestação, de um conjunto de dispositivos ideológicos, legais e de coerção destinados a sufocar organizações trabalhistas e todo vestígio de protesto cívico ou social além de uma repressão generalizada, com ares de cruzada, contra qualquer reminiscência do gaitanismo (SÁNCHEZ, 1991). O resultado final do conflito deixa de ser a anistia e passa a ser a aniquilação: não há mais vitória sem a eliminação física do inimigo. O terror deixou de ser prática ocasional e passa a ser estruturado a partir de estratégias, agentes, organizações e rituais e se trata, portanto, de um cenário portador de uma grande simbologia cultural e que Sánchez chamou de “antimovimento social”.

Nesta dimensão de *La Violencia*, o espaço que ocupam os conflitos é definido não em termos de oposição, contradição ou antagonismo, mas sim de perseguição e de diáspora, de fuga em diferentes direções: do campo à cidade, do povoado à metrópole, da zona central ao país a terras distantes de colonização, de Colômbia a nações vizinhas (SÁNCHEZ, 1991, p. 33).

A *La Violencia* como resistência armada, nos termos de Sánchez, é o já discutido aparecimento de grupos guerrilheiros no país, começando com os *llanos* e passando pelas guerrilhas de caráter rural e marxista. Finalmente, a *La Violencia* como comoção social,

para o autor, se dá porque foi um processo de profundidade que afetou a propriedade, os espaços produtivos e as relações sociais. A *La Violencia* para ele é, enfim, um processo de processos, que desembocaria na Frente Nacional, que viria a “resolver” a violência: “com respeito ao terror, projeto de reconciliação; com respeito à resistência, projeto de unificação das classes dominantes; com respeito ao social, projeto de reabilitação, reconstrução e reforma ou, mais ambiciosamente, plano de modernização capitalista da economia do Estado” (SÁNCHEZ, 1991, p. 48).

Daniel Pecaute é um sociólogo francês, professor da École de Hautes Études em Sciences Sociales, que dedicou grande parte de sua vida intelectual a estudar a violência na Colômbia; hoje, é um dos mais renomados autores em temáticas como narcotráfico, guerrilhas, paramilitarismo e sociologia política. Em seus trabalhos, Pecaute desenvolve a tese de que a violência se converteu em um modo de funcionamento da sociedade colombiana. Para o francês, a violência cria extensa rede de influência e regulações sociais e se constituiu como uma situação durável - e não simplesmente temporária. No período analisado neste trabalho, Pecaute diagnostica que se trata de uma violência generalizada no país, composta por diversos fenômenos que se relacionam entre si e, para ele, violência se constrói na Colômbia como sucessão de configurações complexas e instáveis. Para ele, fenômenos de violência criam seu próprio contexto, novas percepções e novas interações (PECAUTE, 1997).

O autor trabalha com duas ideias: 1) as modalidades de violência, conceito que relaciona com espaços territoriais, como zonas de fronteiras e relações campo x cidade, e com o conflito social – correlação entre estrutura e tensões sociais com a intensidade da violência; 2) Pecaute se vale também da ideia de “motivações da violência” e destaca atores como guerrilhas, paramilitares, narcotraficantes, milícias urbanas e bandas ligadas ao crime organizado. Estes são aqueles que o sociólogo denomina “protagonistas” da violência, separados em campos – o campo político, o campo da economia da droga e o campo articulado ao redor das tensões sociais. Estes campos, além de não terem fronteiras rígidas, passam por interferências entre si – ora de cooperação entre os protagonistas, ora de enfrentamento / conflito, a depender do espaço analisado. Mais que isto: os protagonistas interveem eles mesmos nos três campos. Assim, não há como estabelecer limites claros entre a violência que é política e a que não é. O diagnóstico de Pecaute é que foram os progressos da economia da droga que confundiram as separações.

Foram estes progressos que estimularam as interferências entre os protagonistas, colocaram a sua disposição recursos desconhecidos até o momento, provocaram novos efeitos sobre o conjunto de funcionamento da sociedade e das instituições e, em resumo, contribuíram à formação de um novo contexto (PECAUT, 1997, p. 906).

Pode-se observar, portanto, que os dois autores fazem diagnóstico semelhante do período estudado neste trabalho e do lugar que o narcotráfico ocupa na história política da violência na Colômbia. Para ambos, a violência se acumulou de forma relativamente construtiva durante o século XX. Para Sánchez, a violência foi o eixo ordenador-desorganizador da vida política colombiana e sua análise, baseada na relação guerra x política, mostra que na década de 1980 a desordem e a bandoleirização da guerra seriam o cenário principal. Nisto, o narcotráfico foi o elemento fundamental ao capitalizar e complexificar o processo. Para Pecaute, a violência também construiu o modo de organização da vida colombiana no século XX. Com o aparecimento do narcotráfico, as modalidades e as motivações da violência se misturam – a violência organizada e a violência desorganizada se misturam e se retro-alimentam; a economia da droga torna a violência anômica. Em síntese, tanto para Gonzalo Sánchez como para Daniel Pecaute o narcotráfico condicionou a negociação constante da desordem e a privatização da guerra.

3.2 NOVOS ATORES: emergência a partir de transformações sociais e políticas colombianas

Para cumprir os objetivos deste trabalho, olharemos com mais atenção às transformações sociais que estavam ocorrendo no período e que levariam ao desmonte da *república señorial*. Em especial, nos deteremos em aspectos ligados à construção de autoridade e à construção de territorialidades, já que a violência é diretamente atravessada por estas duas categorias na Colômbia.

Em primeiro lugar, os partidos Liberal e Conservador e suas configurações de poder mudariam significativamente. Para muitos autores, o estabelecimento da Frente Nacional é o ponto de quebra das configurações de clientelismo como forma dominante do exercício político na Colômbia (SÁNCHEZ, 1991; HYLTON, 2010; PECAUT, 1997; URIBE, 1998; SALAZAR; JARAMILLO, 1992; ZAMBRANO, 1992). Com o prolongamento do esquema e da mentalidade frentenacionalista, há relativa desconfiguração das identidades partidárias, que teve como efeito a expansão gradual da franja social e política exterior ao bipartidarismo, tornando-o cada vez menos hegemônico e com menos capacidade de direção e representação em toda sociedade (SÁNCHEZ,

1991). De acordo com Zambrano (1992), no início da década de 1980 já era evidente a perda de liderança das instituições e autoridades tradicionais.

Salazar e Jaramillo (1992) discutem esta conjuntura especificamente no departamento de Antioquia, em especial na cidade de Medellín, e têm diagnóstico similar. Com a Frente Nacional, “a antiga capa de dirigentes foi rapidamente relevada por uma nova geração de chefes clientelistas que se lançaram à construção de suas próprias redes na cidade [de Medellín]” (SALAZAR; JARAMILLO, 1992, p. 28). Com isso, para as autoras, as referências tradicionais dos partidos Liberal e Conservador começaram a se desestruturar frente à proliferação de frações políticas sem maiores diferenças programáticas; as autoras debatem que a fragmentação não se deu apenas entre os partidos tradicionais, mas também entre as esquerdas, que também não conseguiram se construir em cima da perda de liderança das forças tradicionais. “As frequentes divisões contribuíram à fragmentação do tecido social, ao sectarismo entre as organizações populares e a uma mentalidade contestatória e crítica, mas carentes de proposta de cidade” (SALAZAR; JARAMILLO, 1992, p. 32).

De acordo com Sánchez (2000), neste momento a Igreja também perdia significativamente sua capacidade de influenciar o rumo político no país. Para ele, a Igreja Católica “havia facilitado a transição política [para a Frente Nacional], mas havia perdido sua força punitiva tanto na esfera do mundo privado como no mundo dos costumes sociais” (SÁNCHEZ, 2000, p. 51). O autor argumenta que, ao abraçar a causa do bipartidarismo frentenacionalista – assumindo assim uma reorientação política histórica ao abandonar o lado conservador como aquele que lhe era exclusivo –, a Igreja se tornou abertamente refratária a todo compromisso social. Para ele, o resultado foi que se iniciou um processo irreversível de secularização da sociedade e, com isso, de muitas das suas tradições morais.

Gonzalo Sánchez usa Camilo Torres⁷ como símbolo dos desafios que a Igreja começou a enfrentar: ao mesmo tempo, cura e guerrilheiro. “Desde então, também, a Igreja deixou de ser exclusivamente um centro de autoridade para se converter num novo espaço de debate, controvérsia e luta. Sua hegemonia cultural era questionável e estava efetivamente questionada” (SÁNCHEZ, 1991, p.52). Salazar e Jaramillo (1992) também

⁷ Membro fundador e maior liderança do Ejército de Liberación Nacional (ELN).

destacam o desafio que Torres representou à Igreja católica em Antioquia a partir do momento que houve a irrupção de novas correntes de “sacerdotes rebeldes” que desalinham as hierarquias e rachou a autoridade da instituição tal como era conhecida. Além disso, para elas “o impacto das ideologias revolucionárias dos anos 60 e das políticas de controle de natalidade encolheu as possibilidades [da Igreja] de exercer influência nas formas de pensar e viver dos jovens” (SALAZAR; JARAMILLO, 1992, p. 29).

Em especial na cidade de Medellín, Salazar e Jaramillo também destacam que as centrais patronais, como a UTC e a CTC, passavam por uma fase de desprestígio, o que favoreceu a emergência de uma nova corrente sindical de corte mais radical. Assim, cidades como Cali e Medellín já eram, na década de 1970, epicentros de lutas, greves e de centros sindicais independentes. Além disso, mobilizações estudantis também cresceram nas cidades, com uma série de greves importantes entre as décadas de 1960 e 1970.

Por fim, as autoras partem do diagnóstico de que no departamento e, mais especificamente em sua capital, Medellín, existe uma identidade própria *paisa*, a *antioqueñidad* que teve sua configuração bastante alterada a partir da década de 1960 e com auge na década de 1970. Para elas, o projeto ético-cultural da *antioqueñidad*, afincado na ruralidade, já não encontrava os mesmos suportes para sua reprodução na cidade, pois já se podia observar a emergência de novos atores sociais, outros tipos de expressão social (SALAZAR; JARAMILLO, 1992, p. 29). No entanto, este tipo de movimentação não ficou sem resposta por parte das elites tradicionais:

Frente a isto, a posição que tomaram a elite local, o clero e os partidos tradicionais, dizimados em sua legitimidade, foi a afirmação do passado e o bloqueio às expressões de modernidade que tentavam ganhar reconhecimento social no espaço urbano. Esta atitude, e a ausência de outras alternativas de futuro promovidas pelo Estado ou por outros setores da sociedade civil, contribuiu ao agravamento da problemática urbana em ebulição e favoreceu à emergência de novos parapoderes e contrapoderes nas décadas posteriores (SALAZAR; JARAMILLO, 1992, p. 30).

Com isso, nota-se que “[...] em síntese, depois de *La Violencia* os velhos pilares da sociedade colombiana – a *hacienda*, a igreja e os partidos – se encontravam em uma crise inconclusa, sem solução e sem claros substitutos visualizáveis no porvir imediato” (SÁNCHEZ, 1991, p. 53). Já Salazar e Jaramillo (1992) chamaram a situação de crise orgânica, já que estavam comprometidos os mais diversos setores da sociedade civil e do

Estado. Zambrano (1992), por sua vez, diferentemente de Sánchez, já visualiza os “substitutos possíveis”: os narcotraficantes.

Com o incremento dos conflitos, desaparecem as organizações sociais, e as que subsistiram caíram sob o controle das bandas. Os *traquetos*, que eram os “novos ricos”, se converteram nos símbolos dos bairros e foram responsáveis por gerar novas identidades. O dinheiro fácil e abundante tornou-se um elemento corrosivo que transpôs a dinâmica de diversos grupos sociais. A cena era dominada por novos atores (ZAMBRANO, 1992, p. 13).

É, portanto, na crise da legitimidade e de capacidade de resposta às demandas sociais por parte das instituições tradicionais que os novos e velhos atores e agentes irão se reconfigurar e se inserir e se consolidar na Colômbia. Nos anos 1980, o narcotráfico entraria para substituir diversos elementos da crise do “estabelecimento” que ruíram no cenário descrito; frente à ausência de outras alternativas políticas e sociais, o narcotráfico passou a ocupar espaços sociais cada vez maiores. Pecaute (1997) chega a denominá-los “autoridades substitutas”. Em primeiro lugar, cabe mencionar que o narcotráfico enquanto instituição – ou a economia política da droga – passou a funcionar neste período como provisão de serviços, emprego e renda à população de diversos espaços e cidades. Isto se dá, por exemplo, também no fornecimento de bens públicos em espaços onde os *capos* tinham maior ligação afetiva – em especial, em zonas onde eles cresceram – ou às vezes na atenção a pautas específicas a comunidades e povoados. É conhecido o exemplo da atuação “paternal” de Escobar com Medellín ao construir creches e quadras esportivas, entre outros, o que gera até hoje uma espécie de admiração pela figura dele em alguns setores.

Ao aumentar o conflito, muitas das organizações sociais desapareceram, e as ações das que lograram subsistir foi neutralizada pelas bandas. Enquanto isso, ‘novos ricos’ começaram a ter um papel significativo na vida dos bairros: foram mecenas frente a seus vizinhos mais pobres, financiaram atividades esportivas, se vincularam a celebrações tradicionais e reativaram um especial sentido religioso. Dessa maneira, se converteram em elementos de referência obrigatória nas comunidades e geradoras de identidade para parte da população jovem carente de esperança e ideais. Assim, o dinheiro atuou como o principal corrosivo das relações sociais, e a possibilidade de enriquecimento fácil atrapalhou a dinâmica dos grupos populares, como havia atrapalhado a dinâmica de outros setores sociais (SALAZAR; JARAMILLO, 1992, p. 66).

Papel muito maior que este, no entanto, o narcotráfico teve na “contratação” da mão de obra e na introdução do “narcodólar” na economia colombiana. Especificamente na cidade de Medellín, Salazar e Jaramillo (1992, p. 62) descrevem que: “As mulas, os que trabalhavam como empregados, os que trabalhavam em ‘cozinhas’, os *pistolocos* e os *traquetos*. A presença desses personagens começou a ser notória pelo rápido progresso

da situação econômica, o que teve reflexos no melhoramento nas habitações, na compra de eletrodomésticos e, em geral, no aumento da capacidade de consumo – levada, às vezes, a limites exibicionistas”. Nas palavras de María Teresa Uribe,

O tráfico se converteu em uma oportunidade para os setores excluídos, mas formados na mentalidade empresarial propiciada pelo ethos sócio-cultural decimonônico; com a crise dos anos anteriores e para alguns agentes da economia formal que viam nos dólares do narcotráfico uma maneira de remontar as dificuldades do momento (URIBE, 1990, p. 106).

Murillo et al. (1991) debatem numa linha semelhante:

Na violência de grupos sociais emergentes que encontram no narcotráfico uma forma de ascensão social é uma violência para a participação em prol do reconhecimento deste status e de sua atividade [...]. É nesta problemática sobre a representação social do Estado – e não no plano dos valores morais e administrativos – que deve se situar a análise sobre o narcotráfico no país” (MURILLO et al., 1991, p. 211).

Ou seja, os narcotraficantes assumiram o papel de atores sociais relevantes, com relativa legitimidade e capacidade de mando, na sociedade colombiana. Nas palavras de Villaveces-Izquierdo (2000), o narcotráfico se construiu como um poder transversal ao Estado colombiano: circula como um camaleão na constelação de diferentes ordens. Não se trata de um poder paralelo, como assim o autor denomina as guerrilhas, por exemplo, mas de um fenômeno que

“[...] mudando habilmente de roupagens e utilizando vantagens comparativas dos diversos agentes sociais, conseguiu integrar seus interesses sociais e econômicos, assim como as esferas de produção e distribuição de drogas, com esses mundos paralelos, atravessando-os, às vezes com cumplicidade sutil, às vezes com brutal imposição” (VILLAVECES-IZQUIERDO, 2000, p. 62).

. Assim emerge o narcotraficante em suas diversas expressões: o sicário, o *capo*, o mafioso, aquele que pertence à gangue; mas sobretudo se destaca a figura do *traqueto*:

Nas ruas de Medellín, nos estábulos e nos sítios ‘exclusivos’ começaram a aparecer esses homens de camisas multicolores, usando correntes e objetos de ouro, carros luxuosos, distribuindo luxuosas gorjetas e amedrontando aos cidadãos que os contrariariam por quaisquer motivos; nos bairros, foram generosos com os pobres e dadivosos nas festas. O traqueto é, portanto, simultaneamente arrogância e generosidade. Símbolo de um grupo emergente, pela sua origem popular manteve viva a tradição cultural da região, e por sua passada pela sociedade norte-americana incorporou o consumismo e aspectos básicos da modernização, como a criação de um estilo de vida. O traqueto, como parte do fenômeno do narcotráfico, teria um papel primordial como gerador de um protótipo social que seria imitado por amplos grupos da sociedade (SALAZAR; JARAMILLO, 1992, p. 47).

A construção deste tipo de figura, no entanto, se mostra complexa – em especial na cidade de Medellín. Salazar e Jaramillo (1992) também discutem como a figura do *traqueto* emerge como novidade, mas que, ao mesmo tempo, resgata a *antioqueñidad* tradicional, campesina e violenta, ainda que rechace a religiosidade tal como era o status quo, também a ressignifica de forma relativamente fetichizada. Maria Teresa Uribe (1990, p.98) também observa esta contradição:

Os velhos valores antioqueños, desenraizados de seus contextos reais, desarticulados do velho projeto que os deu sentido, operam apenas parcial e desagregadamente na formação de identidades sociais, e, em vez de construir-se em fatores estruturantes do conglomerado social, cumprem função de desestruturação. Que pensar então das práticas sociais dos narcotraficantes e sicários que reivindicam para seu afazer as manifestações externas da religião tradicional, o trabalho orientado a fins úteis e de enriquecimento, o valor da família, o amor à mãe e assumir riscos, a aventura e a ousadia?

Já de acordo com Zambrano (1992, p.14)

Já não havia maiores coisas dos velhos modelos que coesionavam o conjunto social, e era evidente a ausência de uma ética e a perda dos referentes coletivos. O narcotráfico derrubou toda a normatividade anterior. Com as bandas, se evidenciou que os processos tradicionais de socialização haviam perdido a eficácia. Precisamente, as bandas surgiram como novos espaços de socialização e se converteram nos veículos de inserção de um novo universo de normas (ZAMBRANO, 1992, p. 14).

Por fim, de acordo com González (2004, p.70)

[...] essas apelações à violência se difundiram por todo tecido da sociedade colombiana de modo que a violência termina convertida no mecanismo de resolução de conflitos privados e grupais. O resultado é a combinação de conflitos de diversas índoles e processos de distinta duração, onde novos e velhos atores se combinam entre si

No período analisado nesta pesquisa, o que se pode observar foram algumas mudanças na relação da sociedade colombiana com o espaço. Em primeiro lugar, pontua-se que o aparecimento das guerrilhas com caráter marxista, com destaque para as FARC-EP e o ELN, tinham uma territorialidade bastante diferente das guerrilhas que surgiram no ciclo anterior – os *llaneros* – justamente porque incorporaram a dimensão territorial como um dos principais eixos de sua composição. Ainda que uma análise mais detalhada a respeito seja profundamente interessante e complexa, não cabe no escopo desta pesquisa. Uma primeira mudança que será observada se dá no sentido da relação entre território e violência. Neste sentido, Ramírez (2001) traz contribuições interessantes. De acordo com o autor, neste momento se dá com mais força o que chama de colonização armada – o tipo de deslocamento forçado em função da violência. Ainda que este seja um elemento histórico colombiano, Ramírez olha com atenção ao momento que a colonização armada ocorreu de forma mais forte no país: durante e logo após o período

da *La Violencia*. Para fugir da violência e do terror partidarista, setores camponeses abandonam os espaços que ocupavam para proteger-se – no geral, grandes propriedades e latifúndios. Deste processo, conforme já foi discutido, nasceram os grupos de auto-organização, que se desenvolveriam em guerrilhas, como as FARC-EP. O impacto da colonização armada da metade do século XX, no entanto, é maior que a conformação das guerrilhas marxistas; tratou-se de uma nova forma de colonização que abriu novas fronteiras e transformou a lógica de produção colombiana porque teve impactos na constelação social basilar da organização econômica e política do país – a *hacienda*.

A partir do conceito de colonização armada, o autor debate a origem sociológica de atores armados não-estatais no país. Assim como González, Ramírez enfatiza a dimensão territorial da violência na Colômbia, pois os grupos armados – sejam eles narcotraficantes, guerrilheiros ou paramilitares – têm origem nas questões agrárias e, conseqüentemente, têm em seu cerne uma lógica territorialista e privatista em suas lutas. De forma anti-intuitiva, Ramírez argumenta que as FARC-EP, por exemplo, em função da sua origem de pequeno campesinato expulso de suas terras pela colonização armada, têm mais um projeto de reforma para os setores rurais que um projeto de tomada do Estado burguês. De maneira semelhante, os grupos paramilitares também atuam em busca da posse da terra, como articulador e grupo de pressão dos conflitos agrários históricos colombianos.

O resultado de tudo isso tem sido a consolidação da territorialidade privada como um progressivo fenômeno de redistribuição geográfica em detrimento da soberania e do poder do Estado, entre outros poderes particulares que vão se desvertebrando do já débil processo histórico da sociedade civil. Mas o conceito de territorialidade aqui exposto não supõe um domínio geográfico permanente no sentido convencional [...], mas sim o estabelecimento de uma ordem básica sustentada pela adesão ideológica, a pressão militar e de inteligência política sobre uma população (RAMÍREZ, 2001, p. 76).

Além disso, Ramírez, percebe o caráter de fragmentação do Estado colombiano no processo de territorialização da violência. A lógica da guerra colombiana, ao calcar-se em ideias e métodos absolutamente territorialistas e privadas, acabaria como política de corpo para atrair e consolidar adesões e lealdades dentro de espaços particulares e tornando-se mais uma forma de vida e ascensão social coletiva que uma disputa política de eliminação de adversários e inimigos. Neste processo, a guerrilha e o paramilitarismo se misturam à economia ilegal e à economia política da droga (RAMÍREZ, 2001). Ramírez interpreta a realidade colombiana pelas suas ausências: a falta de uma capacidade de hegemonia por parte das elites políticas nos séculos XIX e XX haveria

condicionado a inexistência de uma Estado-nação efetivamente integrado. Disso emergiriam as lacunas de poder preenchidas na consolidação da economia política das drogas.

[...] encontramos, ao longo dos últimos séculos, com a crônica incapacidade dos setores dirigentes para selar esse contratualismo beligerante mediante um pacto resolutivo com efeitos estruturais duradouros. Tem-se assim uma série de construções sociais [...], sem que nenhuma delas se consolide enquanto monopólio legítimo de autoridade para cimentar o desconexo tecido social da nação. Um crítico panorama, em suma, de simultaneidade da potência estatal com poderes alternativos privados no qual as difusas fronteiras entre o legal e o ilegal e a reversível dinâmica entre o público e o privado terminam por apagar indispensáveis limites e atribuições a partir dos quais se levantam o cimento das trocas cidadãs (RAMÍREZ, 2001, p.79).

Sobre a territorialidade colombiana, María Teresa Uribe infere que o estado de guerra prolongado teve como consequência a reconfiguração do mapa da Colômbia – uma reorganização que “estourava” a divisão institucional e oficial do território colombiano. Se definiram fronteiras internas que delimitaram poderes exclusivos e que só poderiam ser entendidos a partir da gramática bélica (URIBE, 1998, p. 21): os elementos que passaram a definir as divisões territoriais na Colômbia, muito mais que as instituições oficiais, foram a autoproteção, a mobilidade, os abastecimentos e os recursos econômicos. Em síntese, em substituição ao modelo fundiário rígido e fixo da *hacienda*, há novos espaços móveis de colonização (SÁNCHEZ, 1990; SÁNCHEZ, 2000), denotando o desmonte dos pilares fundamentais da *república señorial*.

Pecaut (1997) adota uma perspectiva parecida no debate sobre as fronteiras internas à Colômbia. No debate sobre a violência em espaços de vulnerabilidade, para ele, as zonas de fronteira interna – territórios de colonização contínua inseridos em zonas de estruturas mais consolidadas – são espaços muito mais afetados que as zonas de fronteira “periférica” – zonas recentemente ocupadas, como os espaços ao pé da Cordilheira Oriental ou as regiões amazônicas.

Por fim, cabe destacar uma segunda transição que ocorreu neste período. Há uma mudança considerável na produção do campo com o crescimento da agroindústria e da mecanização do campo, especialmente de cana, soja, algodão e arroz. Com isso, cresce significativamente o número de trabalhadores rurais assalariados; ao mesmo tempo, desaparecem as terras de possível ocupação produtiva por produtores familiares (RIBEIRO, 2000). Em resposta às propostas de reforma agrária que emergiam no início da década de 1960, especialmente pelo Instituto Colombiano de Reforma Agrária (Incora), ocorria na Colômbia uma contrarreforma agrária: organizados em agremiações,

grandes proprietários terratenientes passam a naturalizar o terror político como prática de dissuasão pela manutenção do status quo (LOZANO, 2006). Concomitantemente, a expulsão dos camponeses, na década de 1970, não se deu apenas em direção à cidade, mas também a novas zonas de colonização. Agremiações de criadores de gado, de empresários agricultores e de latifundiários no geral uniram-se contra as propostas de reforma agrária, colocadas em prática pelo então presidente Lleras Restrepo (1966-1970). Durante o governo de seu sucessor, o conservador Misael Pastrana (1970-1974), menos de 1% das terras que estavam no âmbito da reforma agrária de Restrepo haviam sido expropriadas (HYLTON, 2010). Em fins dos anos 1980, 5% dos colombianos eram donos das melhores terras (CALVO, 2010).

Como resposta ao novo modelo de produção agrícola – e intensificando um processo que ocorria de forma muito lenta anteriormente-, nota-se um profundo e acelerado êxodo rural no país (HYLTON, 2010). O resultado foi um enorme fluxo de migrantes em direção às maiores cidades colombianas, e o estabelecimento dessas populações nos espaços mais periféricos e vulneráveis das regiões urbanas. Ao mesmo tempo, desponta a tendência à pauperização das classes médias urbanas, em um processo de homogeneização pelo empobrecimento da classe empregada, gerada pela inércia do sistema econômico em prover novos postos de trabalho para os camponeses que deixavam a zona rural (MURILLO et al., 1991); com isso, as cidades colombianas se expandem em cinturões de miséria. Em 1979, cerca de dois terços da população colombiana já viviam nas cidades, e 85% das famílias colombianas contavam com o trabalho de menores de 14 anos de idade para manter seu nível de vida (MURILLO et al., 1991); nisto, crescem os setores informais da economia colombiana, especialmente para vendas de mercadorias e serviços ilícitos. Deste processo de mobilidade social, e junto aos setores informais e de contrabando, emergem novas formas de elites. Com a ausência de qualquer forma de populismo ou Estado de bem-estar social, não havia na Colômbia legislações trabalhistas ou políticas industriais para segurar um mercado interno de consumo ou condições decentes de emprego (HYLTON, 2010). Conformam-se, assim, os bolsões de pobreza, as favelas – ou as comunas, tradicionais de cidades como Medellín.

Em síntese, o que se pode perceber é que, entre as décadas de 1970 e 1980, houve mudanças substantivas nas formas como operam as territorialidades na Colômbia. Em primeiro lugar, a violência das décadas anteriores – e que se intensificou no período observado – foi responsável por um novo processo de colonização armada que

reconfigurou o mapa colombiano, resultou num fluxo de mobilidade pessoal que se desprende de seus espaços anteriores e deu mais ênfase à lógica territorial privatista. Ao mesmo tempo, com a ascensão do neoliberalismo, a mecanização do campo e o crescimento do agrobusiness, um novo modelo de produção passa a ser hegemônico no campo. As consequências foram um grande êxodo rural e o campesinato, agora assalariado, mais “solto”. Trata-se, portanto, da desestruturação da *hacienda* conforme conhecida anteriormente.

Neste processo, o narcotráfico se inseriu: justamente na desarticulação de diversas relações de territorialidade que anteriormente eram hegemônicas. Em primeiro lugar, destaca-se a presença dos narcotraficantes nos espaços rurais. Conforme já foi discutido, na economia política da droga colombiana, a produção – e não apenas a comercialização – foi um elemento-chave. A produção agrícola da matéria prima dos entorpecentes fez com que o narcotráfico fosse na Colômbia um fenômeno que, ainda que tenha sua interface urbana – que é densa e complexa – seja fortemente ligado aos territórios rurais. Ribeiro (2000) considera que a economia política da droga é um fenômeno já do novo paradigma de produção agrícola que se tornou hegemônico no país – que gerou a desestruturação do campesinato, deixando-o solto e, portanto, vendo o narcotráfico como única alternativa de emprego e renda. Por isso, a autora vê o narcotráfico, antes de mais nada, como modelo de agrobusiness; com isso, para ela, este é um forte elemento de contrarreforma agrária: ao restabelecer o campesinato solto enquanto mão de obra própria em grandes propriedades de terra. Nos termos utilizados por Ramírez (1991), estabelece uma lógica territorialista privatista – lógica que guiou a colonização armada e passou a guiar as novas relações territoriais desde então. É evidente, portanto, que o narcotráfico se estabeleceu enquanto economia política porque construiu, no espaço rural, territórios próprios, nos quais os cartéis, com suas figuras típicas, construíram relações de poder próprias.

Do mesmo modo, as mudanças nas relações de territorialidade, estimuladas pelo intenso e acelerado êxodo rural, também foram profundamente afetadas pelo narcotráfico. Ainda que com outros agentes – com predominância das bandas e quadrilhas, e não necessariamente dos cartéis, grupo mais alto nas hierarquias – o narcotráfico construiu seus próprios territórios nos espaços urbanos, em especial em espaços periféricos e de vulnerabilidade. A partir do comando de espaços por aqueles que construíram a

identidade do narcotraficante, as comunas e favelas da cidade passaram a ser regidas por outra lógica territorial quando do aparecimento do narcotráfico como fenômeno.

Em síntese, pode-se perceber que o narcotráfico construiu na Colômbia uma série de territórios para se consolidar. E ele ascende justamente quando do desmonte de uma série de relações territoriais que antes eram hegemônicas – e, mais uma vez, é justamente nesta transição que ele vai se inserir. No entanto, foi muito mais que isto: ao construir territórios e territorialidades tanto no campo quanto na cidade, articulado em carteis, bandas, quadrilhas e gangues, o narcotráfico colombiano chega muito próximo ao que Souza chama de territorialidades em redes. Além disso, conforme Murillo et al. (1991), o narcotráfico se estabelece como principal eixo ao redor do qual os projetos regionais de poder se articulam. É um fenômeno, portanto, que, para se consolidar, estabeleceu todo um novo modo de relação entre as localidades, as regiões e o centro de poder na Colômbia. Ou seja, o que se percebe é que, se o narcotráfico e a economia política da droga nascem justamente da desorganização dos processos sociais anteriores, é justamente os organizando – de outras formas – que ele se consolida e ganha complexidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As décadas de 1970 e 1980 na Colômbia foram períodos de grandes transformações. Estruturas e arranjos políticos e sociais anteriores, materializados na *república señorial*, são postos em xeque em função de mudanças e desafios à ordem. Em primeiro lugar, há mudanças profundas nas dinâmicas violentas no país: se transforma a relação entre violência e política com a emergência da *guerra sucia* ou *bandolera*, na qual as fronteiras entre os atores e os instrumentos estão cada vez mais difusas. Se confundem as diversas modalidades e motivações da violência, já que os atores envolvidos se valem das mesmas práticas. Isto se dá ao mesmo tempo em que os padrões de soberania e de governança na Colômbia também se transformam. O modelo de organização social e político começa a mostrar rachaduras; os partidos tradicionais, coligados e aliados na Frente Nacional, não mais dão conta de responder às demandas sociais que enfrentam. Ao mesmo tempo, a mecanização agrícola e a colonização armada constroem novas formas do colombiano e da colombiana se relacionarem com o espaço – novas territorialidades, portanto, e constantemente em disputa. Junto a isto, conclui-se que a violência colombiana tem dimensões profundamente relacionadas com elementos de autoridade e de territorialidade.

Neste cenário que os “novos atores entram em cena”. Utiliza-se “novos” como força de expressão, já que muitos são atores antigos, mas agora reconfigurados. Em primeiro lugar, tratou-se de momento no qual as guerrilhas se expandem à quase totalidade do território nacional; ao mesmo tempo, estas se desconfiguram ideologicamente. Tanto de forma reacionária a isto como por prolongamento dos exércitos particulares que os *terratenientes* historicamente possuíam no país, os paramilitares se reorganizam, se multiplicam e se capitalizam. Por fim, o narcotraficante enquanto ator emerge em um conflito já tramando, dando ao cenário sócio-político mais complexidade – mas, sobretudo, mais capital. Toda a economia política da droga que se desenvolveu ao redor da produção e distribuição de entorpecentes deu novo dinamismo à guerra, principalmente em localidades como no Magdalena Medio.

Estes novos atores emergem ora em cooperação, ora em conflito com o status quo anterior. Se parece claro o alinhamento ideológico entre a estrutura frentenacionalista e os paramilitares, os pontos de encontro com os carteis já são mais esparsos. O que pode ser dito, no entanto, é que as novas dinâmicas trouxeram dentro de si novas sociabilidades e identidades coletivas, principalmente a partir da formação de bandas, grupos e organizações coletivas ao redor da violência. Tratou-se de momento de privatização e bandoleirização da guerra na Colômbia, mas isso trouxe dentro de si espaço e capacidade pra forjar novos arranjos, principalmente em espaços como Medellín.

Por fim, a utilização de perspectiva que combina elementos histórico-estruturais e uma atenção a atores e agentes possibilita observar como o objeto deste trabalho se relaciona a elementos sociais e políticos posteriores. Com o fim da década de 1980 o neoliberalismo iria emergir com mais força na Colômbia. Para além da adoção de um modelo econômico e de segurança pública, isto significou no país o fim da *república señorial*. A forma como as dinâmicas violentas se deram entre 1970 e 1980, no entanto, ajudaram a construir o caminho pelo qual o país seguiria: se em algum momento o futuro colombiano esteve em disputa, a vitória da hegemonia neoliberal foi grande sobre projetos mais revolucionários ou à esquerda do espectro político.

5 REFERÊNCIAS

- CALVO, H. **O terrorismo de estado na Colômbia**. Florianópolis: Insular, 2010
GARCÍA, Antonio. **Dinámicas de las reformas agrarias en América Latina**. Santiago: ICIRA, 1967.

- GONZALEZ, F. Una mirada de largo plazo sobre la violencia en Colombia. **Bajo el Volcán**, Puebla, v.4, n.7, 2004.
- _____. **Poder y violencia en Colombia**. Bogotá: Odecofi-CINEPI, 2014.
- HYLTON, F. **A revolução colombiana**. São Paulo: Unesp, 2010
- LÓPEZ-ALVES, F. **La formación del estado y la democracia en América Latina: 1830-1910**. Bogotá: Norma, 2002
- LOZANO, Carlos. **¿Guerra o paz em Colombia?** Bogotá: Ocean Sur, 2006
- MURILLO, Gabriel et al. Narcotráfico y política em la década de los ochenta: entre la represión y el diálogo. In: ARRIETA, Carlos et al. **Narcotráfico en Colombia**. Bogotá: Tercer Mundo, 1991.
- PECAUT, D. En Colombia todo es permitido, menos el populismo. **Revista Estudios Sociales**, Bogotá, v. 50, n. 1, p. 21-24, set./dez. 2014
- _____. Pasado y futuro de la violencia en Colombia. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v.36, n.144, 1997
- RAMÍREZ, W. Colonización armada, poder local y territorialización privada. **Journal of Latin American Research**, v.7, n.2, p. 63-81, 2001.
- SALAZAR, A; JARAMILLO, A. **Medellín: las subculturas del narcotráfico**. Bogotá: CINEP, 1992
- SÁNCHEZ, G. **Bandoleros, gamonales y campesinos: el caso de la violencia en Colombia**. Bogotá: el Áncora, 1983.
- _____. Guerra y política en la sociedad colombiana. **Análisis Político**, Bogotá, v. 11, n.7, set. 1990
- VALENCIA, Germán Dario; CUARTAS, Deiman. Exclusión económica y violencia en Colombia, 1990-2008: una revisión de la literatura. **Perfil de Coyuntura Económica**, Medellín, 2009.
- VILLAVECES-IZQUIERDO, Santiago. Focalizando a fluidez: as vias transversais do narcotráfico na Colômbia. In: RIBEIRO, Ana Maria Motta; IULIANELLI, Jorge Atilio. **Narcotráfico e violência no campo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- ZAMBRANO, F. Violencia y narcotráfico em Medellín. Bogotá: CINEP, 1992